



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 108

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-feira, 13 de Setembro de 2000

Presidente: *Deputado Humberto Melo.*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 30 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região, foi marcado pelas intervenções, versando assuntos diversos, dos Deputados Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), João Greves (*PP*) e Manuel Brasil (*PSD*).

Período da Ordem do Dia

1º - Proposta de DLR - "Desafecção de terreno do Núcleo Florestal da Achada, no Perímetro Florestal da Ilha Terceira".

Sobre este diploma, interveio apenas o Deputado Augusto Élavai(*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade na generalidade.

Na discussão da especialidade da já referida Proposta de DLR, intervieram os Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Augusto Élavai (*PS*), bem como o Secretário

Regional da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo Menezes*, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2º - Votação subsequente aos pareceres da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre a prestação de depoimentos pelos Deputados Duarte Freitas, José Manuel Bolieiro e Sidónio Bettencourt.

Procedeu-se à respectiva votação, da qual foi obtido o seguinte resultado:

Deputado Duarte Freitas - 42 votos contra; 4 votos a favor.

Deputado José Manuel Bolieiro - 42 votos contra; 5 votos a favor.

Deputado Sidónio Bettencourt - 42 votos contra; 5 votos a favor.

3º - Proposta de Resolução da Mesa "declarando findo o Período Legislativo de Setembro", tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Após um breve discurso de despedida a marcar o final desta VI Legislatura por parte do Presidente da ALRA, Deputado Humberto Melo, deu-se por concluída a presente Sessão quando eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Srs. Deputados muito bom dia.

Vamos dar início à chamada, pelo que peço a vossa atenção.

(Eram 10 horas e 30 minutos)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

Manuel **Herberto** da **Rosa**

João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
João Luis Sanchez dos **Santos**
José Humberto Medeiros **Chaves**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**
José Ramos **Aguiar**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria **Bairos**
Manuel Teixeira **Brasil**
Mark Silveira **Marques**
Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga Greves

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Declaro aberta a presente Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, começando pela leitura do expediente entrado na Mesa.

Secretário (*José Aguiar*): Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais sobre o "Projecto de Decreto-Lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva nº 1999/50/CE da Comissão, de 25 de Maio relativa às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição e altera o Decreto-Lei nº 220/99, de 16 de Junho".

Secretária (*Natividade Luz*): Do Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República, para efeitos do preceituado no Artº. 229º, nº 2, da Constituição, e visto o disposto no Artº. 151º do Regimento da Assembleia da República, na alínea i) do Artº. 30º da Lei nº 61/98, de 27 de Agosto e nos Artºs. 4º, alínea a) e 6º, da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, "encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de solicitar o parecer da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre as normas pertinentes, nomeadamente o Artº. 27º do Decreto da Assembleia da República nº 25/VIII, que define o Regime Jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psico-trópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

Junto envio fotocópias da parte concernente do Diário da Assembleia da República e do Decreto nº 25/VIII".

Presidente: Vamos dar início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta curta intervenção que eu vou agora fazer nesta Casa, tem um cunho pessoal, embora eu saiba que o seu conteúdo tem o aval dos meus companheiros do Grupo Parlamentar do PS que também como deputados estão aqui pela última vez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recorrer a simples folhas de papel para exteriorizar os sentimentos que nos invadem é um acto de puro risco, já que o desfazamento poderá acarretar incongruências ou ilações menos coadunáveis.

Não é fácil gerir os sentimentos!

Mas, neste momento singular, ficaria mal com a minha consciência se não viesse a esta tribuna mediar o sentimento e a realidade e deixar, em arquivo, uma expressão sincera aurida de uma caminhada matizada de luta, solidariedade e esperança.

Impele-me, sobretudo o desejo infrene de apregoar a Política como opção válida, profissão capaz, arte de nobreza inelutável, cadinho de sublimes vivências, que não pode nem nunca poderá ser votada ao ostracismo de opiniões e orquestrações, erraticamente arreigadas.

Com uma vida multifacetada, a tocar, durante vários anos, o mais íntimo esconderijo do ser humano, apraz-me relevar a caminhada política como manancial de virtudes, marco do gesto altruísta e solidário, palco de pleitos e arroubos, fórum de ideias, mas sobretudo, convite de apelos.

Se a política, como alguém a definiu, é a arte do possível e do impossível, adentro do possível incumbe-me saudar o Senhor Presidente desta Assembleia, recordando todos os presidentes que passaram por esta Casa, as senhoras e senhores deputados aqui presnetes, não esquecendo um companheiro nosso que sofre na cama de um hospital neste momento. Saudar quantos passaram pelo Parlamento Regional, que labutam noutras vidas ou habitam a cidade dos crisântemos esquecidos.

Não quero esquecer os funcionários do nosso Grupo Parlamentar e todos os funcionários desta Casa, todos trabalharam com gosto, com simpatia. Por isso eu quero saudá-los com um grande abraço de gratidão. Queria tecer elogios ao nosso

Grupo Parlamentar, uma família tremendamente unida e amiga, onde o verbo irmanar se sobrepôs sempre a quaisquer conjugações menos felizes e fortuitas.

Gostaria de expressar a minha profunda satisfação por, após muitos anos de oposição actuante, ter saboriado a vitória e a consecussão dos ideais que sempre nortearam a minha opção política.

Um abraço solidário ao senhor Presidente e a todos os Membros do Governo.

Aos partidos políticos cabe um papel preponderante nas sociedades democráticas.

A adesão a um partido político, pesem alguns interesses imediatistas, envolve sempre algo de profundamente íntimo que é mister respeitar.

A minha adesão ao P.S. prende-se com a mensagem, com a doutrina no que ambas têm de mais belo e sublime. A partilha e a solidariedade, valores aglutinadores, motivantes e contagiantes. É natural, por isso, uma saudação ao Partido Socialista, aos seus responsáveis, aos militantes e simpatizantes pelo contributo precioso prestado à Região Autónoma dos Açores e expressão de um desejo sincero de que muitos continuem a sorver os seus princípios salutareis e insubstituíveis e a projectá-los para um futuro carregado de muitas expectativas.

Nesta saudação quero fazer uma alusão a todos os que como deputados, governantes, militantes, simpatizantes de todos os partidos, como independentes ou como simples cidadãos trabalharam, independente, para bem dos Açores.

Foi uma honra servir a Região Autónoma dos Açores como deputado. Com paixão. Mas há uma referência imprescindível: A Ilha.

E eu queria apropriar-me de uma expressão de um poeta escritor, embora dita noutra contexto e que eu trago para aqui noutra sentido. É que nós, como deputados, durante um mandato, dois, três ou quatro, andámos sempre com uma ilha aos ombros.

É um sentimento indiossincrático, quase indecifrável. Haja o que houver a ilha lateja como cachão de mar no sonho revoltado ou como dádiva angélica em banquete celestial. Por ela esfarrapa-se a alma. Talvez seja essa a sina de ser Ilhéu!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A vida tem muitas e variadas trajectórias. Uma é fundamental, porque alicerça o caminho da amizade.

O percurso do companheirismo e da amizade rende, para mim, neste momento, muitos proveitos, fortes proveitos. É o lado mais humano da política.

Na estrada da vida prevalecerão sempre o aceno de simpatia, o abraço fraterno e a mão estendida para todos, a dizer Sim. Porque, afinal, a vida é uma afirmativa!

A todos muito e muito obrigado e os desejos sinceros das maiores felicidades.

(Aplausos da Câmara, tendo sido de pé os aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ao terminar a presente Legislatura e no seu último Plenário quero trazer aqui algumas reflexões em relação à Ilha das Flores. Vou fazê-lo numa perspectiva de passado — há aspectos de fácil resolução que dificilmente compreendemos e não aceitamos que não tenham sido resolvidos; mas, quero também fazê-lo numa perspectiva de futuro — embora todas estas matérias já as tenha abordado aqui, entendo ser meu dever deixá-las mais uma vez registadas para que todos tenham a noção de que é necessário tê-las em atenção no sentido de se poderem equacionar as respostas necessárias e mais adequadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As primeiras questões a referir serão relacionadas com transportes — aéreos e marítimos.

Durante todo o Verão os empresários ligados à exportação de peixe fresco tiveram sérias dificuldades para exportá-lo, porque a SATA continuou a não responder às dificuldades há muito sentidas e que por diversas vezes chamei à atenção deste Plenário e do Governo Regional. E, se não há possibilidade de exportar o peixe fresco, ele não é vendido pelo pescador, ou é vendido a preços irrisórios. Nos últimos meses os pescadores e exportadores de peixe deixaram de ganhar alguns milhares de contos porque a SATA não teve capacidade de resposta; com os novos aviões ATP, que têm menos capacidade de transporte de carga do que os que vinham operando, e

sempre que esses novos aviões iam às Flores, o peixe ficava por exportar; não houve, por parte da SATA qualquer esforço no sentido de ser enviado avião às Flores que resolvesse a situação quando existia peixe armazenado suficiente para carregar totalmente um avião. Chega a ser caricato que os exportadores de peixe enviem 100 Kg, quando pedem reserva para uma tonelada, como muitas vezes aconteceu.

Esta situação tornou-se insustentável e tem que ser resolvida, de imediato.

Assim, não é descabido continuar-se a exigir voos diários para as Flores, incluindo ao Domingo, porque normalmente os voos quando não vêm cheios de passageiros, transportam o que hoje as Flores necessita exportar via aérea, principalmente o peixe e o queijo.

E, é fundamental que a SATA resolva as situações de exportação de peixe em fresco, com a criação de voos extra, sempre que isso se justifique.

Quanto ao transporte marítimo de passageiros também não se teve na devida atenção a necessidade duma programação que permitisse a saída de florentinos nessas viagens e que estimulasse a ligação com as ilhas que nos ficam mais próximas — Faial e Pico — com as quais, no passado sempre houve muitos contactos com as Flores. Vou apresentar um exemplo concreto — no dia 24 de Agosto, o barco saiu às 22 h das Flores, passou nas proximidades do Faial às 5 h do dia 25, mas foi desembarcar os passageiros às 10 h e 30 m na Praia da Vitória. Os passageiros com destino ao Faial só conseguiram chegar às zero e 30 m do dia 26. Tenho dificuldade em compreender a razão que levou o barco das Flores à Terceira, e de não se ter programado uma ligação Faial – Pico – São Jorge – Graciosa, como no passado fazia o Carvalho Araújo e o Ponta Delgada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em Plenário recente referi o mau funcionamento da ETAR que nos Vales, em Santa Cruz das Flores, serve o Matadouro e a Fábrica de Lacticínios. Pelas festas de São João, em Santa Cruz das Flores, e num debate em que participou a Senhora Directora Regional do Ambiente, referi-me a este assunto, que a Senhora Directora disse desconhecer ! Acontece que durante todo o Verão aqueles que vivem, trabalham ou simplesmente passam naquela zona da Vila de Santa Cruz das Flores, viram-se obrigados a conviver com os cheiros nauseabundos duma ETAR que não funciona. A

paciência das pessoas começa a esgotar-se e o Governo Regional tem a obrigação de pôr a funcionar aquela Estação, nas devidas condições, e com urgência, até porque a ETAR, mandada construir pela Administração Regional é propriedade da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde há muitos anos que nas Flores têm trabalhado pelo menos 3 médicos e nos últimos 3 anos um deles era internista, tendo estado em Comissão de Serviço, sem que o Governo Regional tivesse criado no quadro de pessoal do Centro de Saúde das Flores lugar para médico internista. Agora, que a Comissão de Serviço não foi renovada, as Flores deixou de ter médico internista e passou a ter apenas 2 médicos, o que é notoriamente pouco em função da população existente, mas a situação ainda se torna mais grave dado o afastamento da Ilha em relação aos Hospitais e ao isolamento que esse afastamento e as condições atmosféricas frequentemente nos impõem. A solução tarda e, em nosso entender, não tem justificação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas algumas palavras sobre matéria que durante esta legislatura abordei muitas e diversas vezes — o estado de degradação em que se encontram, nas Flores, as estradas agro-silvo-pecuárias; e, a arbitrariedade e o desrespeito para com os agricultores com que o serviço Florestal das Flores e Corvo impede o normal tratamento de muitas pastagens por isso implicar o corte da urze. Em ofício datado de fins de Maio, cuja cópia tenho na minha posse, um agricultor era informado que não fora autorizado o pedido de corte de urzes, tão somente porque assim o tinha despachado a senhora Directora Regional do Ambiente. É demais! Haja bom senso! Haja respeito por quem pretende trabalhar e produzir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Em relação às Flores poderia continuar a enumerar muitos outros problemas, assim como a falta de estratégia de desenvolvimento, o atraso em muitas infraestruturas ou a falta de projecto para outras; procurei fazê-lo no decorrer da legislatura e penso que nestes quatro anos trouxe a este Parlamento as questões fundamentais para a Ilha, cuja população entendeu para aqui enviar-me. Não considero que foi tempo e trabalho perdido; antes pelo contrário, entendo é que na minha Ilha há ainda muito a fazer no sentido de se criarem as condições necessárias e suficientes para que todos os que lá

vivem e trabalham tenham uma qualidade de vida compatível com o grande espaço em que nos inserimos — a Europa.

É corrigindo erros e defeitos, é lançando e executando as infraestruturas necessárias, é promovendo as populações, é incentivando o desenvolvimento, que se pode mesmo em Ilhas pequenas e afastadas, contribuir com progresso e desenvolvimento, para uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com alguma atenção a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, porque me causa alguma inquietação os problemas por ele referidos e causa-me mais preocupação em relação à Ilha do Corvo.

Os problemas que o Sr. Deputado aponta são extensivos à minha ilha.

É claro que estamos em final de legislatura, mas como dizia o nosso colega Deputado Manuel Serpa, cada deputado, ao longo do tempo que passa nesta Casa, carrega aos ombros a sua ilha. E com esse peso de carregar aos ombros a minha ilha, também pela última vez, não queria deixar de voltar a referir os problemas que já por diversas vezes abordei aqui, infelizmente, muitos deles continuam por resolver.

Há sectores em que não mexeram sequer. Outros tiveram umas pequenas melhorias, mas o que é certo é que há ainda muito por fazer. E no meu entender, são exactamente os sectores mais importantes para o desenvolvimento de uma ilha que faz parte de uma Região.

Vou passar directamente aos transportes, nomeadamente ao transporte aéreo onde as necessidades são muitas, embora tenha sido conseguido mais um voo, no entanto, ele já não faz face às necessidades de hoje.

Podemos consultar a lista de passageiros para o Corvo e verificaremos que a pessoa que se descuida mais ou tem necessidade de marcar a viagem sobre a hora, está sempre em lista de espera. Isto é a prova de que o mercado não faz face à procura existente.

Também o escoamento do peixe é penalizado muitas vezes, devido à falta de transporte.

O transporte marítimo, esse, até pode-se dizer que está pior em vez de melhor, porque o volume de cargas aumentou e a frequência do transporte é precisamente a mesma. Portanto, por aí se vê que esse sector piorou.

Está na hora de irmos vendo isto e melhorando.

Há ainda outro sector em que nada se fez e se mexeu que é o plano rodoviário do Corvo, que data - salvo erro - dos princípios da década de 50. Não se fez, infelizmente, mais um metro sequer de estrada naquela ilha, não se alcatroou um metro de estrada, nem se fez um caminho de penetração que seja.

No meu entender, este é mais um sector vital que fica esquecido nesta legislatura.

Deixo, portanto, aqui o alerta - e não vou agora fazer um rol completo de tudo, porque já o fiz ao longo desta legislatura. Algumas vezes fizeram-me ouvidos surdos, outras naturalmente fui atendido e os problemas foram resolvidos. Mas, repito, quero deixar aqui o alerta para que os governantes que vierem registem as necessidades daquela ilha que faz parte do contexto desta Região. Pois, só com o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas, é que poderemos dizer que temos uns Açores melhores e que temos igualdade para todos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão resultou falar-se de transportes, um problema para as Flores e para o Corvo, S. Jorge também tem esse mesmo problema.

É o problema dos transportes com as cargas do pescado que sai da ilha e que muitas vezes tem que ficar para o dia seguinte, perdendo óptimas oportunidades de mercado no continente. E, ultimamente, tem tido um outro problema que tem a ver com as malas dos emigrantes que nos visitam e que ficam retidas na Terceira dias à espera que surja uma vaga nos transportes e que as levem até S. Jorge.

Penso que, provavelmente, como vamos entrar em campanha eleitoral, neste último mês talvez o problema dos transportes seja todo ele resolvido.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ainda bem!

O Orador: Só que, passado este mês que se aproxima, certamente continuaremos na mesma e ele voltará a constituir um problema novamente.

É necessário que o problema dos transportes seja equacionado, porque ilhas como S. Jorge têm um estrangulamento que é precisamente os transportes.

Ora, se S. Jorge tem cerca de 10 mil e 500 habitantes, podia ter 22 ou 23 mil, se tivesse meios de transporte regulares e convenientes, se tivesse um acesso capaz de e para a ilha.

Esse é o principal *calcanhar de Aquiles* do desenvolvimento da Ilha de S. Jorge. E por isso, é necessário que haja nesta Região uma política de transportes coerente e que não se pense só em lucros no primeiro ano.

Tem que ser uma política social em princípio, porque depois no futuro ela irá dar os lucros suficientes. O que não pode acontecer é os nossos pescadores a pescar e depois não poderem exportar o peixe para fora da ilha. Não podem os nossos emigrantes que nos visitam, chegarem a S. Jorge passarem as férias praticamente todas sem parte da bagagem que traziam para fazer uso na terra e muitos quando se vão embora é que recebem a bagagem de volta, tal qual a tinham trazido. Como não podem os turistas que nos visitam, fazerem filas e estarem à espera nos aeroportos de uma possibilidade para ir para S. Jorge. Tal como não pode o sistema de transportes internos, nomeadamente da Açorline, fazer a escala e o tipo de serviço que tem prestado este ano em S. Jorge, que foi um serviço mau. É necessário modificar esse tipo de serviço. Eu acredito, plenamente, que este próximo mês vai ser uma maravilha, vão haver soluções para tudo quanto é transportes. Passado este mês, essas soluções ficarão exactamente como estavam, ou se calhar ainda pior.

É necessário, por conseguinte, equacioná-las agora e é bom que elas sejam soluções de verdade e de futuro!

Quem não gosta não usa, mas isto é o que tem que ser feito no interesse dos jorgenses e dos açorianos.

Disse.

Presidente: Vamos iniciar o *Período da Ordem do Dia* com a apreciação, na generalidade da *Proposta de DLR "desafecção de terreno do Núcleo Florestal da Achada"*.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai para uma interpelação à Mesa.

Deputado Augusto Élavai (PS): É para solicitar à Mesa, nos termos regimentais, um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Interrompemos então os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 11,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Está à discussão, na generalidade, o diploma que "desafecta um terreno no Núcleo Florestal da Achada na Ilha Terceira".

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Faço lembrar aos Srs. Deputados que foram entregues na Mesa um conjunto de alterações para os Artºs. 1º, 2º e 3º, ou seja, para todos os artigos do diploma.

Está aberta a discussão sobre o Artº. 1º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular queria apenas fazer uma referência quanto à alteração proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, no sentido de desagregar a desafecção inicialmente prevista, incluindo uma parcela destinada a instalações para o Sport Clube Lusitânia.

Queríamos dizer, em primeiro lugar, que subscrevemos e congratulamo-nos com qualquer política que vise, por parte do Estado, neste caso da Região, criar condições para que o associativismo em geral e as colectividades em particular, possam desenvolver as suas actividades no sentido de constituírem recursos próprios, susceptíveis de financiar os seus projectos, sejam desportivos, culturais ou de que ordem for.

É um bom princípio e bem melhor do que o Governo andar de *cheque na mão*, nas suas visitas paroquiais às comunidades, distribuindo os dinheiros públicos avulso pelas instituições. Por conseguinte, nessa perspectiva, é bem mais pedagógico envolver as instituições em modelos que rentabilizem a sua actividade.

Gostaria de perguntar se o Governo - é verdade que este executivo tem um mês de vida - terá esta política aplicada pontualmente, e se amanhã, as restantes colectividades da Região, até influenciadas por este bom exemplo que está aqui a ser proporcionado a uma das importantes colectividades dos Açores, o caso do Lusitânia, caso o próximo governo tenha algo a ver com este, irá seguir idêntica política.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este bom exemplo pode e deve-se, naturalmente, louvar. É que dezenas e dezenas de colectividades desportivas, nomeadamente, ao nível da série Açores que eu saiba temos mais 9, temos outras e divisões superiores e até temos algumas em divisões regionais que talvez tenham a dinâmica e a capacidade de avançarem para empreendimentos económicos que rentabilizem os seus projectos desportivos, repito portanto, se este Governo está realmente aberto a dar tratamento semelhante, justo, às colectividades que o solicitem. Bem sei que esta aqui será no meio ou no interior da ilha, algumas porventura terão projectos melhor situados, sob o ponto de vista comercial e empresarial, aos olhos de qualquer mortal.

Portanto, era isso que eu gostava de saber, porque acho que essa decisão - repito - me parece importante, e até nos Açores poderá fazer alguma história, pois não estávamos habituados na Região a que os poderes públicos cedessem, no caso presente espaços e terrenos, para virem a ser aproveitados pelas nossas colectividades.

Por conseguinte, Sr. Presidente da Assembleia, o CDS/Partido Popular vai aprovar este diploma, com entusiasmo, votará com satisfação e com a consciência de que deu-se aqui início a uma nova política de suporte do associativismo na Região.

Portanto, daqui para o futuro, seja este Governo ou outro qualquer, que se crie idênticas condições a quem tiver coragem e capacidade de levar por diante projectos económicos ao serviço do nosso associativismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um breve esclarecimento, na sequência da intervenção que acabámos de ouvir e para dizer que eu registo com agrado a forma como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro descreve esta cedência, dizendo que é algo de novo. Mas a verdade é que, felizmente, não se trata de uma novidade.

Para outros fins, já foram desafectados da reserva florestal diversas parcelas.

Eu estou-me a lembrar, só nos últimos tempos, de uma fábrica no Pico que foi instalada na zona das Lajes. Portanto, tem sido dezenas de casos ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, chamava a atenção para o facto de que neste caso, trata-se apenas de uma desafecção, mantendo a Câmara Municipal - já que ela é a proprietária do terreno - a propriedade do terreno. Mas há muitas outras situações que se tem cedido imóveis e outros espaços a muitas entidades.

Só para exemplo, porque é em Angra também, muito recentemente foi cedido um edifício à Associação de Futebol de Angra. Ainda há relativamente pouco tempo foi cedido um espaço em P. Delgada a uma outra associação, não é nada de estranho e obviamente que isto que estamos a fazer para o Sport Clube Lusitânia, faremos com todo o gosto sempre que tal seja possível, para qualquer outra entidade de interesse público que o peça.

Não há aqui nada de extraordinário, há apenas o seguir uma política de tentar dotar as instituições de utilidade pública dos espaços e dos imóveis de que necessitam, neste caso houve um pedido do Sport Clube Lusitânia, era possível satisfazer esse pedido,

o Governo faz a proposta no sentido de satisfazer esse pedido. Mas certamente se aparecer outra entidade de utilidade pública que peça um espaço e que seja possível ceder, faremos o mesmo.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 1º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 1º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 2º que também tem uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para referir que este Artº. 2º não tem nada de novo.

A única coisa que tem é uma questão de redacção, isto é, o plural. Achou-se por bem fazer esta alteração, porque havia uma parte substancial que em vez de ser "da referida parcela", ficará melhor "das referidas parcelas", isto para não haver dúvidas, ou a comissão de redacção eventualmente esquecer-se de pôr no plural.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o Artº. 2º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº 2º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 2º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 3º, para o qual também há uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para referir que no Artº. 3º foi eliminada a parte final, que fazia referência a um despacho do Ministro da Agricultura, dado que achámos não fazer sentido, uma vez que já estava nos termos da legislação e implementação em vigor.

Presidente: Passamos à votação do Artº. 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 3º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 3º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Anexo que resulta das alterações aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam com o Anexo, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Anexo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Baixa agora à Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seria para uma declaração de voto e para realçar também que embora o preâmbulo não seja votado, terá que ter algumas modificações. E, assim, os Deputados do PS que fizeram as alterações, também têm uma sugestão para o preâmbulo que entregarão na comissão de redacção respectiva, para se quiser aceitar essa sugestão.

Presidente: Passemos ao segundo ponto da ordem de trabalhos que se refere à Votação que "autoriza os Srs. Deputados Duarte Freitas, José Manuel Bolieiro e Sidónio Bettencourt a depor".

Vou pedir aos funcionários para fazerem o favor de distribuir os boletins de voto.

(Pausa)

Presidente: Faremos apenas uma chamada, uma vez que os boletins de voto são de cores diferentes e estão devidamente indicados.

Portanto, o que temos que votar é se Sim ou Não, ou se Abstêm, à autorização para esses Srs. Deputados deporem como testemunhas.

Faço lembrar aos Srs. Deputados que estão distribuídos os relatórios que dizem respeito a esta matéria.

(Pausa)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam 47 Srs. Deputados)

Presidente: Deram entrada na urna 47 votos.

O resultado obtido foi o seguinte:

Deputado Sidónio Bettencourt - 42 votos contra e 5 a favor;

Deputado José Manuel Bolieiro - 42 votos contra e 5 votos a favor;

Deputado Duarte Freitas - 43 votos contra e 4 votos a favor.

Isto significa que nenhum destes Srs. Deputados recebeu a autorização para prestar depoimento.

Srs. Deputados, chegámos ao final dos trabalhos e antes de propor ao plenário a Proposta de Resolução da Mesa para encerramento dos mesmos, gostaria de em meu nome pessoal e em nome da Mesa da Assembleia, agradecer a todos vós pela forma como colaboraram e ajudaram a Mesa na condução dos trabalhos.

Quero também dirigir uma palavra a todos os que trabalham nesta Casa, a qualquer título, seja nos grupos parlamentares, seja como funcionários da Assembleia, pois todos muito contribuíram e muito ajudaram a desenvolver as nossas tarefas.

Aos órgãos de comunicação social que são uma peça essencial na transmissão da nossa mensagem a todos os açorianos, quero também ter uma palavra de estímulo e de muito apreço.

A Legislatura está a chegar ao fim e apenas não foi possível, por dificuldades de agenda e de calendário, discutir a Conta da RAA de 1998. Todos os restantes diplomas foram hoje discutidos e aprovados. Portanto, cumprimos a nossa missão sem deixar documentos para trás que fossem importantes para a vida dos açorianos, está tudo resolvido.

Aos Srs. Deputados que hoje deixam esta Casa, quero ter para com eles uma palavra de consideração, estímulo e amizade, com a convicção de que continuarão a servir os Açores nas suas novas funções.

No próximo dia 15 de Outubro temos eleições, todos nós temos responsabilidades e certamente as cumprimos a bem dos Açores e dos açorianos.

A todos muito obrigado e votos de sucesso.

Agora sim, queria pôr à consideração do plenário a Proposta de Resolução "declarando findo o Período Legislativo de Setembro".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado a todos e uma boa viagem de regresso às vossas casas.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Augusto António Rua Élavai

Carlos Alberto da Costa Fraga

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

José do Nascimento Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão Madruga da Costa

António Manuel Goulart Lemos de Menezes

Manuel da Silva Azevedo

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da Silva Melo

Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais sobre o Projecto de Decreto-Lei que "transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva nº 1999/50/CE, da Comissão, de 25 de Maio, relativa às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição e altera o D.L. nº 220/99, de 16 de Junho"

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 12 de Setembro de 2000, apreciou o Projecto de Decreto-Lei que "transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva nº 1999/50/CE, da Comissão, de 25 de Maio, relativa às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição e altera o D.L. nº 220/99, de 16 de Junho", a fim de emitir o parecer solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se no âmbito do direito de audição previsto no nº 2, do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea i) do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e especialidade

O Projecto de diploma em apreciação visa transpôr para o ordenamento jurídico interno a Directiva nº 1999/50/CE, da Comissão, de 25 de Maio, relativa ao teor máximo de pesticidas que podem estar presentes nas fórmulas para lactentes e fórmulas de transição introduzindo, para o efeito e alterações ao D.L. nº 220/99, de 16 de Junho.

Da análise efectuada ao documento a Comissão deu parecer favorável na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

Horta, 12 de Setembro de 2000.

A Relatora, *Maria de Fátima Sousa*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Maria Fernanda Mendes*

A Redactora: Ana Paula Garcia de Lemos